SUCROALCOOLEIRO

Crise atinge um quarto das usinas de etanol do Brasil

Setor tem 443 usinas no País; 40 pararam, 12 faliram e 56 estão em recuperação

COM AGÊNCIAS

O Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado por meio do decreto 76.593, de 14 de novembro de 1975, completa 40 anos nesta semana sem muitos motivos para comemorações. A crise que o setor atravessa desde 2011 atinge quase um quarto (24,3%) das 443 usinas do País. Estão paradas 40 unidades, 12 faliram e 56 estão em recuperação judicial. Dessas em recuperação, 25 também estão paradas. Na contramão da crise, 14 novas usinas estão com projetos prontos, têm área e licenças ambientais para iniciar a operação, mas aguardam a melhor hora para investir.

O levantamento é da RPA Consultoria, que monitora o setor. Segundo Ricardo Pinto, diretor da RPA, apesar do entusiasmo pela recuperação recente dos preços do açúcar e do álcool, de 30 a 35 usinas estão com muitas dívidas, em estado de pré-recuperação. Ou seja, estão moendo cana, mas ainda podem pedir recuperação nos próximos 12 meses.

A boa notícia dos números é que, mesmo em meio à crise, alguns grupos registraram lucro líquido acima de R$ 10 por tonelada de cana processada na safra 2014/2015, segundo seus balanços. O destaque é para o grupo Ipiranga-Iacanga, que teve um lucro de R$ 20,84, seguido por Colômbia (R$ 19,85), São Manoel (R$ 19,31), Aroeira (R$ 15,55), São Martinho (R$ 15,40) e Coruripe (R$ 14,90).

22

USINAS
Estão operando atualmente em Mato Grosso do Sul. Além destas, existem dois projetos de abertura para novas unidades.

Ricardo Pinto afirma que os lucros dessas empresas no cenário de crise se devem a um endividamento baixo, uma receita líquida superavitária e à alta produtividade de sua mão de obra. Ele prevê que, se a recuperação de preços dos últimos meses for mantida, novos investimentos devem ser ativados a partir do segundo semestre de 2016.

Monica Bergamaschi, ex-secretária da Agricultura e atual presidente-executiva do Ibisa (Instituto Brasileiro para Inovação e Sustentabilidade no Agronegócio), diz que houve realmente um alívio nos últimos meses, mas o endividamento do setor sucroalcooleiro é muito alto.

Segundo ela, as usinas podem ser divididas em três grupos, de acordo com sua situação financeira: um está em equilíbrio e consegue lucros; um está na posição intermediária e outro está muito endividado, sem salvação.

REPRODUÇÃO

FECHADAS. Usinas de etanol estão em dificuldades no País diante da crise, que restringe os mercados

O alívio é para o grupo intermediário. "Ainda falta dinheiro no mercado. O que o setor precisa atualmente é manter o nariz fora d'água para passar pela recuperação, que será lenta e dolorosa".

ESTADO

Em Mato Grosso do Sul não houve fechamento de usinas neste ano, de acordo com o presidente da Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul (Biosul), Roberto Holanda Filho. No entanto, segundo ele, o setor sente os impactos da retração financeira. "A crise é enorme. Atinge o setor em todo o País. Em nosso estado, não é diferente", reconhece.

As últimas usinas a fechar em Mato Grosso do Sul (há cerca de dois anos) foram as do distrito de Quebra Coco e do município de Brasilândia. Além dessa, também encerrou as atividades, há oito anos, uma unidade de Nova Alvorada do Sul. Já em recuperação judicial está a usina São Fernando, de Dourados.

CAMINHONEIROS

Greve da categoria perde força

PAULA VITORINO

A greve dos caminhoneiros vem perdendo força em todo o País desde segunda-feira (09). A Polícia Rodoviária Federal registrou pontos de paralisação parcial em apenas três rodovias, em Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rio Grande do Sul. No Estado, o bloqueio foi durante a manhã na BR-267, na região de Maracaju, com a liberação para passagem apenas de veículos leves e ônibus.

O caminhoneiro Valdenir de Oliveira diz que ficou quatro dias parado, em São Paulo, mas "a greve não foi para frente" e por isso voltou às atividades nesta quinta-feira. "Se a gente fica parado não recebe, né?". Ele veio para Mato Grosso do Sul fazer a entrega da carga da transportadora em que trabalha. Já ênio Bernardi afirma que não aderiu ao movimento desde o início. "Não sou a favor", resumiu.

Os protestos perderam força depois que o governo federal publicou uma medida provisória que aumenta as multas e sanções para motoristas que obstruírem deliberadamente as rodovias e estradas do País. Segundo a PRF, ainda não há registro de multa aplicada por conta dos protestos desta semana. No primeiro dia, a adesão atingiu ao menos 14 Estados.

A principal reivindicação da categoria é a retirada da presidente Dilma Rousseff do governo. Os caminhoneiros ainda pedem a redução do preço do óleo diesel, a criação do frete mínimo, salário unificado em todo o País e a liberação de crédito com juros subsidiados no valor de R$ 50 mil para transportadores autônomos. O grupo também quer a retiradas das multas aplicadas durante as manifestações do primeiro semestre e a ajuda federal para refinanciamento de dívidas de compra de seus veículos.

SIDROLANDIANEWS

GREVE. Manifestações foram realizadas em várias rodovias

LDO

Comissão do Congresso aprova LDO para 2016

FOLHAPRESS

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016. O parecer do relator, deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE), foi aprovado em votação simbólica por deputados e senadores. O texto autoriza que a União abata R$ 20 bilhões da sua meta fiscal do ano que vem de investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Os parlamentares que integram a comissão, no entanto, ainda podem alterar o texto ao votar destaques ainda na manhã desta quinta (12). Eles estão reunidos para decidir os procedimentos da votação. Quando a votação for finalizada, a matéria será submetida à análise do plenário do Congresso Nacional.

Teobaldo acolheu o pedido do relator geral do Orçamento para o ano que vem, deputado Ricardo Barros (PP-PR), de reduzir de R$ 30 bilhões para R$ 20 bilhões o valor que a União será autorizada a abater da sua meta fiscal de investimentos do PAC.

A redução foi pedida pela equipe econômica do governo para dar uma sinalização melhor ao mercado. A medida, no entanto, foi reprovada pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que acabou sendo voto vencido. Ele defendia a manutenção da meta cheia de 0,7% do PIB, mas o ministro Nelson Barbosa (Planejamento) insistiu que o montante era inviável. Dessa forma, o superavit primário inicialmente estimado em R$ 34,4 bilhões para a União passará a poder ser de R$ 14,4 bilhões, o que equivale a 0,23% do PIB.

PROPOSTA

A proposta original do governo para a LDO não previa o abatimento de investimentos. A ideia inicial da equipe econômica era trabalhar com apenas uma meta, sem a possibilidade de abatimento, em um esforço para dar mais transparência à política fiscal. A retração da arrecadação, abalada pelo fraco desempenho econômico, e as dificuldades do governo em aprovar no Congresso medidas de ajuste, no entanto, abalaram as perspectivas para o desempenho das contas.

INDICADORES

EURO R$ 4,0975 ↑ | **DÓLAR** R$ 3,767 ↓ | **BOVESPA** 46.883 -0,39% ↓

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 12 de novembro de 2015

CÂMBIO
Em R$

Moeda	Compra	Venda
DÓLAR COMERCIAL	3,765	3,767
DÓLAR TURISMO (BB)	3,680	3,860
DÓLAR PARALELO	3,70	3,99

INFLAÇÃO
Fonte: **FOLHA**
Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente

ÍNDICES	JUL	AGO	SET	OUT	12M.
IPCA do IBGE (%)	0,62	0,22	0,54	0,82	9,93
IPCA Esp. IBGE (%)	0,59	-	0,39	-	9,57
INPC/IBGE (%)	0,58	0,25	0,51	0,77	10,33
IGP-M/FGV (%)	0,69	0,28	0,95	1,89	10,09
IGP-DI/FGV (%)	0,58	0,40	1,42	-	9,31
IPC/FIPE (%)	0,85	0,56	0,66	0,88	8,66
IPC (C.GDE) (%)	0,51	0,31	0,57	0,97	10,32

CUB – Custo Unitário Básico; **ICV** - Índice do Custo de Vida; **INPC** - Índice Nacional de Preço ao Consumidor; **IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; **Dieese** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; **ICVM** - Índice do Custo de Vida da Classe Média da Ordem dos Economistas; **IPCA** - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo; **IGP** - Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas; **IGP-M** - Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas; **FIPE** - Índice de Preços do Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; **INCC** - Índice Nacional do Custo da Construção.

3387-8884 - **Sinduscon**

PISO RURAL
2015 **R$ 855**

POUPANÇA

ABRIL	A	MAIO
(Dep. feitos até 03/05/2012)		NOVA POUPANÇA (Dep. feitos a partir de 04/05/12)
21/10 = 0,6566		JANEIROI
22/10 = 0,6825		21/10 = 0,6566
23/10 = 0,6818		22/10 = 0,6825
24/10 = 0,6876		23/10 = 0,6818
25/10 = 0,6275		24/10 = 0,6876
26/10 = 0,5910		25/10 = 0,6275
27/10 = 0,6301		26/10 = 0,5910
28/10 = 0,6915		27/10 = 0,6301
29/10 = 0,6799		28/10 = 0,6915
30/10 = 0,6799		29/10 = 0,6799
31/10 = 0,6799		30/10 = 0,6799
1/11 = 0,6799		31/10 = 0,6799
2/11 = 0,6559		1/11 = 0,6799
3/11 = 0,5967		2/11 = 0,6559
4/11 = 0,6261		3/11 = 0,5967
5/11 = 0,6768		4/11 = 0,6261
6/11 = 0,6591		5/11 = 0,6768
7/11 = 0,6892		6/11 = 0,6591
8/11 = 0,6525		7/11 = 0,6892
9/11 = 0,6002		8/11 = 0,6525
10/11 = 0,6136		9/11 = 0,6002
11/11 = 0,6439		10/11 = 0,6136
12/11 = 0,6743		11/11 = 0,6439
13/11 = 0,7201		12/11 = 0,6743
14/11 = 0,7142		13/11 = 0,7201
15/11 = 0,6874		14/11 = 0,7142
16/11 = 0,6245		15/11 = 0,6874
17/11 = 0,6614		16/11 = 0,6245
18/11 = 0,6901		17/11 = 0,6614
19/11 = 0,7255		18/11 = 0,6901
20/11 = 0,7257		19/11 = 0,7255
21/11 = 0,7053		20/11 = 0,7257
		21/11 = 0,7053

UNIDADES FISCAIS
Em R$

UFERMS (Nov/Dez 2015)	22,24
UAM/MS (Novembro)	3,2231
UFIR (Out 00)	1,0641

ALUGUEL
Reajustes de aluguel e outros contratos

Acumulado % até julho(*)					até agosto(*)			
Índices	Trim	Quad	Sem	Anual	Trim	Quad	Sem	Anual
FIPE	0,45	0,99	2,27	5,38	0,54	0,79	2,08	5,49
IGP-DI	-1,63	-1,19	1,13	5,05	-1,12	-1,57	0,34	4,63
IGP-M	-1,48	-0,70	1,34	5,32	-1,61	-1,74	0,68	4,89
INPC	0,99	1,78	3,27	6,33	0,57	1,17	2,80	6,35

*Acumulado até julho reajusta aluguéis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.

AGROPECUÁRIO
Fechamento: 12 de novembro de 2015

Grãos	Compra	Venda
Milho (60 kg)	22,00	22,00
Soja (60 kg)	70,00	73,00
Algodão (arroba)	s/inf	s/inf

Suíno vivo	Mínimo	Máximo
Kg	3,80	3,80

Frango	Mínimo	Máximo
Kg/granja	4,49	5,29

Bovinos	Mínimo	Máximo
Arroba à vista		
Boi Gordo	s/inf	s/inf
Boi Gordo Rastreado	140,00	140,00
Vaca Gorda	s/inf	s/inf
Vaca Gorda Rastreada	134,00	134,00

Leite C ao produtor	Mínimo	Máximo
Litro bruto	0,89	0,89

Fontes: Ceasa - www.ceasa.ms.gov.br - conseleite
Preços ao produtor – Campo Grande, MS (em reais, FOB, IMCS Exclusivo)

INSS
Contribuição à Previdência Social
Novembro/2015

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de janeiro de 2015.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.399,12	8
De 1.399,13 até 2.331,88	9
De 2.331,89 até 4.663,75	11

Portaria interministerial MPS/MF nº 13, de 09 de janeiro de 2015.

Tabela de contribuição dos segurados contribuientes individuais e facultativo.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
788,00	5*
788,00	11**
788,00 até 4.663,75	20

* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo o que se dedique exclusivamente ao trabalhao doméstico no âmbito de sua residência – Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011
** Plano simplificado – Lei complementar 123, de 14/12/2006.

OURO
Grama - BM&F ↑ **R$ 131,15** 0,1145%

SALÁRIO MÍNIMO
Janeiro/2015 **R$ 788**

IMPOSTO DE RENDA
Novembro
Tabela oficial da Receita Federal

Rendimento em (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 1.903,98	Isento	-
de 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
de 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
de 3.751,06 até 4.464,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Obs.: **Deduções:** a) Trabalhador assalariado: 1 - R$ 179,71 por dependente; 2 - pensão alimentícia paga por acordo judicial ou por escritura pública; 3 - contribuição à Previdência Social; 4 - R$ 1.787,77 por aposentadoria a quem já completou 65 anos de idade; 5 - contribuições p/a previdência e p/ os Fapi pelo contribuinte; b) Carnê-leão; as mencionadas nos itens 1 a 3 as despesas escrituradas no livro caixa. **Juros da 5ª parcela do IRPF/2014: 3,64%. Vencimento: 29/08.**